

ROTEIRO

MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS



FORMAÇÃO EM AÇÃO

1º SEMESTRE - 2017



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

ROTEIRO

Mulheres negras e quilombolas: identidades e trajetórias



OBJETIVO DA OFICINA:

A oficina pretende subsidiar a prática pedagógica, considerando a necessidade de discutir e refletir sobre o fortalecimento da identidade negra e da autodeclaração, dando visibilidade às mulheres negras brasileiras e paranaenses que ficam à margem da história, apesar de sua liderança e trajetória, por não pertencerem a etnia hegemônica.

PROVIDÊNCIAS:

É importante que a equipe responsável pela organização da Formação em Ação, conheça previamente o material disponibilizado para a oficina, a fim de auxiliar de maneira satisfatória, as atividades a serem desenvolvidas. Além disso, é importante que organize o espaço e providencie:

- Cópia dos textos/anexos para os cursistas;
- PPP da escola para consulta;
- O Plano de Ação da escola – em formato que permita alterações (se necessário);
- Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar 2016/2017;
- Equipamento de mídia digital que permita assistir aos vídeos

OFICINA: MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS.

Atualmente as comunidades quilombolas são um dos grupos populacionais mais vulneráveis do País e se enquadram na categoria de comunidades tradicionais, uma vez que o traço essencial de sua caracterização é a preservação de uma cultura distinta da majoritária, mantendo uma relação com a terra que, mais do que posse ou propriedade, é uma relação de identidade. É dentro da frágil estrutura dessas comunidades que a mulher quilombola tem sua vida moldada e controlada pelos nexos de gênero, raça,

cor, etnia e outras linhas de subordinação e, diante de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela falta de oportunidades, tanto no campo de trabalho quanto no campo social, político e histórico que as mulheres quilombolas se veem abaixo da última camada da sociedade. Diante desse reconhecimento à vulnerabilidade de grupos como os quilombolas, dos afrodescendentes e das mulheres que percebemos a necessidade de maior aprofundamento no estudo dos seus problemas e tentar encontrar maior efetividade jurídica para além do que está constituído em nossa legislação.

Conceito – Quilombo

Os quilombos nos remetem a vários tempos e espaços históricos: em primeiro lugar, à África do século XVII. A palavra Kilombo é originária da língua banto umbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítico militar conhecido na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola (MUNANGA, 1996, p.58). Apesar de ser um termo umbundo, constituía-se em um agrupamento militar de jovens guerreiros, composta pelos Jaga ou Imbangala (de Angola) e os Lunda (do Zaire) (MUNANGA, 1996: P.59).

Os quilombos nos levam também ao Brasil do final do século XVI e aos séculos seguintes; enquanto durou a escravidão institucionalizada, existiram quilombos (ou mocambos) no litoral do Norte ao Sul do país, especialmente nas áreas de plantações de cana-de-açúcar, arroz, cacau e nas armações baleeiras. No caso do litoral nordestino, destaca-se o quilombo de Palmares, que durou mais de 70 anos e se estendia por parte das províncias de Alagoas e Pernambuco. Palmares foi liderado por mulheres e homens que em alguns momentos são tratados como mitos, em outros como personagens históricos, a exemplo de Aquatune, Acotirene, Ganga Zumba e Zumbi, sendo este o último líder, assassinado após um ano da destruição do grande quilombo em todas as regiões de mineração e pecuária, liderados também por Chico Rei em Diamantina, Minas Gerais, e Teresa do Quaroterê, no oeste do Mato Grosso (VOLPATO, 2003).

Comunidades Remanescentes de Quilombos e Comunidades Tradicionais Negras no Paraná.

Os descendentes dos africanos que foram sequestrados em África e escravizados no Brasil, se estruturaram em grupos familiares no meio rural e também urbano em alguns dos municípios paranaenses, principalmente nos caminhos que hoje conhecemos historicamente como sendo das tropas (para condução de gado e de comércio), também nos caminhos onde se localizavam os antigos garimpos tanto de ouro de lavagem como os de mina, região conhecida como o Vale do Ribeira, onde estão estas concentrações de negros(as) tanto do lado do Estado de São Paulo como do lado do Estado do Paraná, onde a concentração é maior, e ainda nos caminhos onde se buscavam nos rios as pedras

preciosas (sertão de Tibagi), também pelos caminhos do litoral por onde chegavam os navios negreiros Paranaguá, Antonina e Morretes, aos locais de guarda da mercadoria como as ilhas ao longo da costa marítima paranaense no município de Guaraqueçaba – Ilha das Peças (onde eram vendidas as peças, os escravos), história contada pelos quilombolas, professor Hilton do Quilombo de Batuva e professor Antonio do Quilombo do Rio Verde, por conta da proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra, e de lá, foram sendo distribuídos pelo território paranaense, da época. No presente, esta população está distribuída em mais ou menos 100 (cem), comunidades, população esta que sobrevive da agricultura de subsistência, caça, pesca e extrativismo, sendo que somente trinta e sete, estão reconhecidas como de Remanescentes de Quilombos pela Fundação Cultural Palmares, até o presente momento.

Importante:

As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos, como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social.

Sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente o Brasil como nação.

Ainda que violentamente invisibilizadas, pois atuam num contexto de racismo e sexismo, colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora.

Em seu horizonte, lutam por uma sociedade sem racismo, sem sexismo e sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outras.

Reconhecemos que, apesar de muitas lutas, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o Brasil venha a ser um ambiente confortável para a existência de todas, pois as violações cotidianas de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais têm como legado os piores indicadores de qualidade de vida concentrados neste grupo particular, o que resulta em uma mobilização que não cessa.

Uma reflexão sobre a vida das mulheres negras em torno de sua luta, suas reivindicações pela realização de direitos, especificamente, suas propostas de debate em torno de políticas públicas, das formas de luta anti-racismo e anti-sexismo e dos sujeitos políticos que representamos, longe de esgotar o debate, o que trazemos são provocações, propostas de caminhos, de modo a ampliar a visão que temos no campo da educação no qual atuamos.

Veja os exemplos:

Trabalho com imagens

As mulheres quilombolas não atuam somente no espaço doméstico (privado), elas transitam da casa ao roçado e vice e versa. Aliás, quando focamos as comunidades quilombolas no Paraná, que se configuram territorialmente combinando espaços de uso familiar com os de uso coletivo, como as fontes de água, as roças ou os locais de extração de lenha, todos eles no espaço identificado como “público”, observamos que majoritariamente são espaços onde as mulheres desenvolvem tarefas e trabalhos para a reprodução das famílias. Esse fato desmistifica a identificação mecânica do espaço produtivo-público como um espaço masculino e o espaço doméstico-privado como feminino, para a territorialidade nas comunidades quilombolas e também nas comunidades tradicionais negras rurais. “Observemos as imagens em anexo que foram feitas nas comunidades quilombolas e tradicionais negras do estado do Paraná por ocasião do trabalho de campo realizado pelo GT. Clóvis Moura entre os anos de 2004 e 2008!”

Violência doméstica contra as mulheres negras cresce no país

"Apesar da Lei Maria da Penha, as mulheres negras continuam sendo assassinadas sem a proteção do estado e sem a proteção do movimento de mulheres. Onde foi que a gente errou? Como nos últimos 10 anos foi possível que o assassinato de mulheres negras aumentasse 54%?" A pergunta de Jurema Werneck, da Criola, para as participantes do II Diálogo Nacional sobre Violência Doméstica, é uma questão central para muitas das organizações apoiadas pelo Fundo Fale Sem Medo. No debate sobre a conjuntura política da luta pelo fim da violência doméstica que abriu a programação do terceiro dia do II Diálogo, Jurema destacou que 64% das mulheres assassinadas no Brasil são negras e que, das 2,4 milhões de mulheres que sofreram violência em 2013, 1,5 milhão são negras. Para a ativista, apesar de a Lei Maria da Penha ser premiada internacionalmente e de a Lei do Femicídio ser uma inovação jurídica, tais conquistas legais não estão garantindo a proteção das mulheres negras.

<https://goo.gl/CVKOk0>



PERÍODO DA MANHÃ

Atividade 1: Assistir aos filmes abaixo indicados

O Mediador(a) deverá solicitar aos participantes que assistam os vídeos que trazem importantes informações sobre a existência e o trabalho de personalidades, pensadores, inventores e cientistas negros e negras que contribuíram e contribuem para o avanço humano em todas as áreas.

Video 1

<https://goo.gl/BXq7ki>



“A História do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”

Beatriz Nascimento

Duração: 4:08

Video 2

<https://goo.gl/8rGUPi>



Deixa o Cabelo da Menina no Mundo

Diane Lima - TEDxSaoPaulo

Duração: 6:40



Video 3

<https://goo.gl/PT7RkP>



Precisamos romper com os silêncios

Djamila Ribeiro
TEDxSaoPauloSalon

Duração: 10:01



Video 4

<https://goo.gl/crEeSj>



Sim à igualdade racial

Luana Génot -
TEDxSaoPauloSalon

Duração: 16:10

Questões:

1. Analisando o enunciado a seguir responda a questão proposta;

Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju em 1942, filha de uma dona de casa e de um pedreiro, ela teve dez irmãos. Aos sete anos, ela e sua família migraram para a cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em História, em 1971, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante sua graduação, fez estágio no Arquivo Nacional. Após a formatura, começou a dar aulas na rede estadual. Foi nesse período que ela iniciou sua militância negra participando e propondo discussões sobre a temática racial no ambiente acadêmico. Participou da Quinzena do Negro como conferencista e nela falou sobre seus incômodos quanto ao espaço universitário falar do negro apenas como escravo, como se as pessoas negras tivessem participado da história apenas como mão de obra. Também ajudou a criar o grupo de trabalho André Rebouças. Em 1981, terminou sua pós-graduação lato sensu na Universidade Federal Fluminense.

Enquanto educadora (or), qual a sua responsabilidade e contribuição para que as estudantes negras que estão em nossas escolas se transformem em novas Marias Beatriz Nascimento?

2. De acordo com a afirmação abaixo:

Sabemos que em pleno século XXI estamos lutando contra vários tipos de preconceito e o mais taxado deles é o estereótipo de beleza. Aonde as pessoas se sentem no direito de dizer o que é belo. Na verdade o belo é indiscutível, indeterminável, pois o

que é belo para um pode não ser tão belo para o outro. E com isso, as mulheres negras, mulheres com cabelos crespos, sofrem. As pessoas ao redor querem impor como elas devem se arrumar, como elas devem ser. E foi com essa experiência durante sua infância que Diane Lima compartilha sua história com o mundo. Desde pequena as pessoas pediam para ela prender o cabelo ou fazer penteados para que o cabelo não ficasse "para cima". É engraçado porque a sociedade se sente no poder de interferir na vontade da criança, pois como ela disse, ela não queria prender o cabelo. Por esse motivo surgiu a tão compartilhada frase, dita por sua mãe quando via sua filha não querendo prender o seu lindo cabelo "se a menina quer deixar o cabelo solto, deixa o cabelo da menina no mundo".

Comente a atitude da mãe de Diane para o processo de formação a identidade de uma mulher que tem orgulho em ser Mulher e Negra – Esta atitude inspira, a elaboração de encaminhamento pedagógico para a escola?

3. Djamila trata de questões como o direito à voz em uma sociedade que se silencia diante às desigualdades.

Qual seria o papel da escola para o rompimento deste silêncio que se encontra estruturado e considerado como normal?

4. **Para refletir;**

Nos últimos anos, Luana se tornou uma das principais vozes jovens brasileiras contra o racismo. Em 2015, criou o Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), marca de roupas do país destinada a questionar, com suas estampas, o preconceito racial dentro e fora do mundo da moda. Carioca criada na Penha pela mãe, a enfermeira Ana, Luana é uma ex - modelo que morou na Europa e sofreu durante a carreira de quase três anos, dos 17 aos 20, pequenas e grandes manifestações de preconceito de agências, marcas e dos próprios colegas. Transformou estas experiências cruéis em força para lutar contra a discriminação e o racismo na sociedade brasileira.

Qual seriam os encaminhamentos pedagógicos para trabalhar exemplos como o de Luana em nossas escolas para fortalecimento da autoestima de nossas estudantes negras que lá se encontram?

PERÍODO DA TARDE

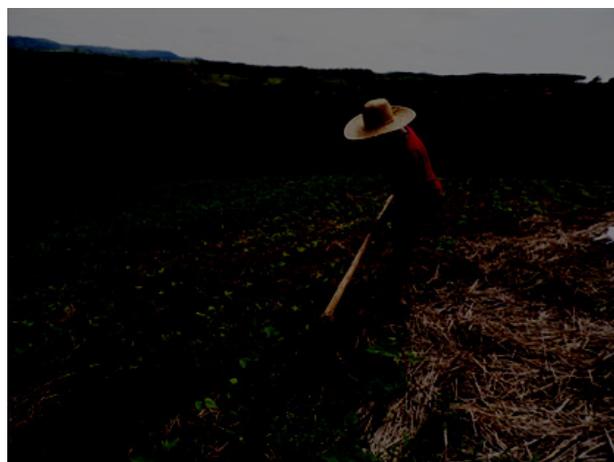
Atividade 2: Leitura e Reflexão

Artigo

A MULHER QUILOMBOLA: DA INVISIBILIDADE À NECESSIDADE POR NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Atualmente as comunidades quilombolas são um dos grupos populacionais mais vulneráveis do País e se enquadram na categoria de comunidades tradicionais, uma vez que o traço essencial de sua caracterização é a preservação de uma cultura distinta da majoritária, mantendo uma relação com a terra que, mais do que posse ou propriedade, é uma relação de identidade. É dentro da frágil estrutura dessas comunidades que a mulher quilombola tem sua vida moldada e controlada pelos nexos de gênero, raça, cor, etnia e outras linhas de subordinação e, diante de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela falta de oportunidades, tanto no campo de trabalho quanto no campo social, político e histórico que as mulheres quilombolas se veem abaixo da última das camadas da sociedade. Diante desse reconhecimento à vulnerabilidade de grupos como os quilombolas, dos afrodescendentes e das mulheres que encontramos a necessidade de maior aprofundamento no estudo dos seus problemas e tentar encontrar maior efetividade jurídica dos institutos já constituídos em nossa legislação.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas; invisibilidade; perspectivas; políticas públicas.



Plantio do feijão na Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Agua Morna município de Curiúva - Paraná

Atividade 3: - Prática

Resolução de Situações Problemas

Entre 2003 e 2013, a taxa de homicídios de mulheres negras no Brasil aumentou 19,5%, enquanto a taxa de homicídios contra mulheres brancas caiu 11,9%. Os dados são do estudo Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres e produzido pela FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Em 2013 (dados mais recentes disponíveis), 7,8 mulheres negras foram assassinadas todos os dias. Em geral, a taxa de homicídios cometidos contra mulheres no Brasil era de 4,5 para cada 100 mil habitantes. Onze anos depois, em 2013, a taxa subiu para 5,4/100 mil habitantes. Em contrapartida, as taxas de homicídios de mulheres brancas caíram de 3,6/100 mil habitantes em 2003 para 3,2/100 mil habitantes.



Questões;

Na questão da eliminação da Violência contra a Mulher, o Brasil não tem muito a comemorar: é um dos países com os maiores índices de assassinatos de mulheres do mundo. É necessário que se avalie os avanços legislativos recentes e as políticas públicas de proteção, porém, muito resta a ser feito em relação à prevenção e enquanto o machismo continuar dominando diferentes esferas da sociedade brasileira e o tema da igualdade de gênero não fizer parte do currículo escolar, o ciclo de violência tende a se prolongar ao longo das próximas gerações.

A educação de um país deve refletir seu projeto de sociedade. Uma relação entre homem e mulher mais cooperativa passa por uma escola acolhedora e focada na formação ampla do cidadão.

Analisando as prerrogativas acima e a relação com uma educação escolar... responda sim ou não;

1. A principal política de prevenção à violência contra a mulher é o investimento em educação, com a inclusão de debates sobre a igualdade de gênero nos currículos escolares. Isso faria com que as próximas gerações desconstruíssem estereótipos tão presentes na sociedade brasileira.

Sim Não

2. Quem estuda violência contra a mulher sabe que a base dessa violência está na discriminação em relação ao gênero nessas relações desiguais. Tirar esta temática do âmbito da educação básica e fundamental não está prevenindo a violência. Isso é algo que deve ser discutido na escola, desde a primeira formação, algo que o Estado tem que fazer.

Sim Não

3. É necessário que se pense uma educação igualitária que discuta as desigualdades de gênero como forma de prevenção à violência contra a mulher. Não dá para pensar prevenção se não falarmos de educação de meninos e meninas para a igualdade de gênero”.

Sim Não

4. Nos crimes contra a mulher, ela acaba sendo culpabilizada, pois a sociedade exige que ela se porte de forma “conveniente”, dentro de um determinado padrão. Caso decida modificar estes padrões estará por sua conta e risco, e como consequência poderá sofrer de alguma violência, pois o erro traz consigo a pena!

Sim Não

2. A violência contra as mulheres na perspectiva do direito achado na rua: a cor das vítimas.

Resumo

Este trabalho se propõe a tratar da violência contra as mulheres na perspectiva do Direito achado na rua, dialogando com a perspectiva das mulheres negras. Foi feito um recorte para abordar especificamente a violência contra as mulheres negras, problematizando com abordagens do Feminismo Negro e relacionando com os dados divulgados pelo Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil. E ainda, refletir sobre os limites da lei para promover mudança das mentalidades, sendo necessária uma ação conjunta das instituições. Nesse sentido, o estudo estabelece relação com a reforma das instituições no Estado Democrático de Direito brasileiro.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres, Mulheres negras, Direito achado na rua, Mapa da violência, Feminismo negro, Reforma institucional

Link de acesso: <http://indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/314>

REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África", In: Revista USP, São Paulo, 1996, p. 58.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-

1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EDUFMT, 1993.

TERRA E CIDADANIA TERRAS E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, Grupo de Trabalho Clóvis Moura Relatório 2005-2008. Link de acesso:- <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/Relat20052008ITC.pdf>

YOUTUBE, vídeos – Link de acesso:- <https://www.youtube.com/>

PRODUÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Departamento da Diversidade

Coordenação da Educação das Relações da
Diversidade Étnico-Racial

Elaboração:

Clemilda Santiago Neto

Diretoria de Políticas e
Tecnologias Educacionais

Coordenação de Produção

Diagramação:

Edna do Rocio Becker

Fernanda Serrer

Joise Lillian do Nascimento



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO